

## *Lutas Operárias na CUF Barreiro*

**Vanessa de Almeida**

É impossível conhecer a história da CUF no Barreiro sem se considerar a existência de movimentos grevistas, pequenas e grandes lutas, confronto directo ou resistências quotidianas que opuseram, em momentos distintos, de forma mais ou menos assumida, os operários ao Patrão.

A primeira notícia que nos chega de lutas operárias data de Outubro de 1908, um mês decorrido do início da laboração das fábricas do Barreiro. Pouco se sabe sobre este conflito, apenas que terá sido protagonizado por pessoal francês e que culminou no despedimento dos “revoltosos”.

Os anos da I República, época de crescimento e expansão da CUF Barreiro são, em simultâneo, anos de agitação operária. Dois meses após a instauração do novo regime político, deflagra uma greve nas fábricas da Companhia. Greve de curta duração, com início a 9 de Dezembro e término a 11 do mesmo mês, a greve da CUF insere-se numa conjuntura mais vasta, dominada por um renascimento do movimento sindical, bem como pela intensificação dos conflitos de trabalho. Greve de solidariedade para com operários anteriormente despedidos, a greve de 1910 prende-se também com o não reconhecimento da Associação de Classe dos Operários da União Fabril, primeira tentativa de associação por parte dos operários da Companhia, fundada a 23 de Outubro desse mesmo ano.



Ilustração Portuguesa – 1911 Alcantara – Lisboa

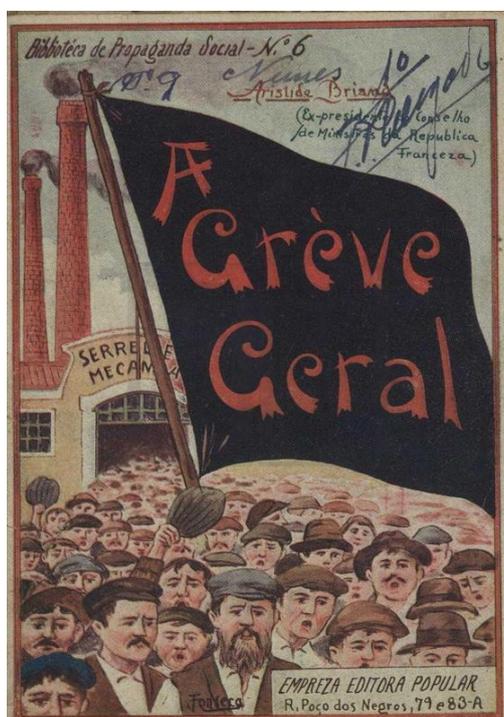
## Lutas Operárias na CUF Barreiro



1911 Alcântara – Lisboa

Perante a dimensão dos acontecimentos, Alfredo da Silva adopta uma atitude inédita, decidindo ausentar-se do País, pois, como o próprio justifica, «(...) nem o seu temperamento, nem a situação que até aqui tem mantido na Companhia, se acomodam com a forma que nesta época que vamos atravessando, é necessário adoptar em acontecimentos desta ordem: conversas com comissões de trabalho e outras fantasias de ocasião.» (Livro 10 de Actas do Conselho de Administração da CUF – Acta nº 637 da Sessão dos Conselhos de Administração e Fiscal em 6 de Dezembro de 1910). A 9 de Dezembro, dois dias após ter sido regulamentado o direito à greve, é declarada greve geral nas fábricas do Barreiro, conflito que será dado como sanado a 11, após a intervenção do ministro Brito Camacho.

Em 1919, após o término da I Guerra Mundial, decorre nova greve na CUF. Sob o espectro da questão das subsistências, da pneumónica e face a uma inflação galopante, a situação das classes trabalhadoras agrava-se. Em simultâneo, chegam a Portugal os primeiros ecos da Revolução de Outubro, verificando-se também um reforço da organização operária.



Biblioteca de Propaganda Social N°6 – 1919

## Lutas Operárias na CUF Barreiro

A 6 de Abril, no Barreiro, é fundada a Associação de Classe do Pessoal da CUF, que adere desde o início à União Operária Nacional, contando com cerca de 800 filiados. Alfredo da Silva, um dos principais representantes da Associação Industrial Portuguesa, face à tentativa de organização operária, procede ao despedimento sistemático de centenas de trabalhadores, situação que virá a culminar na declaração de greve geral a 25 de Maio, a qual será secundada pelos operários das fábricas de Lisboa. Pelas suas dimensões, a greve da CUF de 1919 será descrita à época como «(...) uma luta de vida ou morte (...) entre o potentado do capital e o proletariado organizado (...)» (A Batalha, 11 de Junho de 1919).

A ocupação da vila operária por forças policiais e da GNR, não impede que a 10 de Junho as demais classes trabalhadoras do Barreiro proclamem a greve geral, em manifestação de solidariedade para com os operários da Companhia. A greve na CUF irá a prolongar-se durante 44 dias, até 7 de Julho, dia em que o regresso às fábricas decorre sem que muitos dos operários grevistas voltem a ser readmitidos.

Anos mais tarde, em Julho de 1943, um ano após o falecimento de Alfredo da Silva, deflagra aquela que será a maior greve da CUF Barreiro, greve que, pelas suas dimensões e consequências, marcará de forma indelével a vila operária. Tendo como pano de fundo um conflito à escala mundial, os efeitos colaterais cedo se fazem sentir no Portugal de Salazar. Será a questão das subsistências, aliada à falta de matérias-primas e ao congelamento de salários que irá contribuir, de forma inequívoca, para o clima de agitação social que varre o país sobretudo a partir de 1941, e ao qual o Barreiro não passa incólume.

Já em Novembro de 1942 tinha ocorrido uma greve na CUF, motivada por razões de solidariedade para com seis dezenas de operários despedidos da secção da Caldeiraria. Trata-se de uma greve de curta-duração, de carácter parcial, circunscrita às Secções da Caldeiraria, Fundição e Mecânica.

Em 1943 o clima de agitação social agrava-se, sobretudo ao nível das dificuldades no abastecimento. Face ao descontentamento crescente do operariado, o Partido Comunista Português lança a 21 de Julho o manifesto sob a consigna «À greve! Pelo aumento de salários». A CUF do Barreiro responde ao apelo a 27 de Julho, 2º dia de greve, quando já estavam paralisados cerca de 3.500 operários, tanto das fábricas de Lisboa, como de Almada.



1943 Travessa do Baluarte – Lisboa

A adesão dos cerca de 5000 operários da CUF Barreiro, mediante uma “greve de braços caídos” dota o movimento grevista de uma dimensão nunca vista. No dia seguinte, 28, confrontados com os portões da fábrica encerrados, os operários dividem-se em duas

marchas da fome, conseguindo a adesão temporária dos ferroviários e a adesão total da indústria corticeira. É também a 28 de Julho que a repressão, na tentativa de jugular o movimento operário, atinge proporções gigantescas. O Barreiro é ocupado pela PSP, Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, Cavalaria 7. É destacada a GNR de Évora, bem como diversos contingentes militares de Beja, Vendas Novas e Estremoz. Começam a ser efectuadas centenas de prisões.

A 29 de Julho, à semelhança do que se verifica em Lisboa e demais Margem Sul, as fábricas do Barreiro são sujeitas a Comando Militar. É considerado demitido todo o pessoal grevista, prevendo-se a sua incorporação num Batalhão de Trabalhadores, subordinado à mais severa disciplina militar.

A 30 de Julho, são afixados avisos nos portões da CUF, anunciando o despedimento colectivo dos operários e a abertura para novas inscrições.

Expoente máximo das lutas operárias no Barreiro, a greve de 1943 é também um momento de charneira na história dos movimentos reivindicativos da CUF. Fulcral na construção da identidade do operariado da empresa, a repressão sucedânea irá condicionar a natureza das futuras reivindicações. Considerada como “empresa-chave”, devido à sua importância industrial, bem como pelo número de operários que empregava, a CUF não mais liderará qualquer movimento grevista na vila operária. Nos anos subsequentes, serão outras as formas de luta adoptadas pelos operários da Companhia. Assim, à prática de exposições reivindicativas e abaixo-assinados, alia-se a redução de trabalho (a denominada “cera”), paralisações mais ou menos longas e concentrações junto dos responsáveis. Apesar do apelo à greve, considerado como “último recurso” na luta por melhores condições de vida e de trabalho, a dimensão do movimento grevista de 43 não voltará a repetir-se.

Nos anos 50, a Zona Têxtil apresenta-se como uma das áreas mais reivindicativas. Essencialmente constituída por mão-de-obra operária feminina, as consignas prendem-se sobretudo contra o aumento do número de teares por operária. Recorrendo à “cera” e a “greve de braços caídos”, as mulheres manifestam-se contra a “campanha de produtividade” aliando a essa luta, outras de carácter económico, por aumento de salários, contra o sistema de “prémios” e posteriormente do “mérito”. As lutas operárias terão continuidade na década seguinte. Em 1962 é entregue à Gerência uma exposição com mais de 4000 assinaturas onde se exige o pagamento do 7º dia; o aumento geral dos salários não inferior a 10\$00 diários e, finalmente, “a trabalho igual, salário igual”. Em Junho de 1963 tem início a publicação do “Boletim dos Trabalhadores da CUF”, órgão de carácter clandestino afecto ao PCP, que descreve o quotidiano nas fábricas e dá notícia das várias reivindicações. A Comissão Interna da Empresa, apesar de «criada para quebrar a combatividade dos trabalhadores da CUF», é também utilizada como plataforma para apresentar as suas reivindicações, enquanto meio legal de luta, em simultâneo com outros “meios ilegais” de acção. Finalmente, em Outubro de 1969 é aprovada a Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF do Barreiro, que congrega diversas exigências de carácter económico (salário mínimo de 2500\$00; pagamento dos 30 dias; revisão anual dos salários; semana de trabalho de 40 horas, entre outras), mas também reivindicações de carácter político-social, como sejam a liberdade sindical, o direito à greve e o fim da repressão. Nos últimos anos do Estado Novo, as reivindicações continuam a fazer-se ouvir na CUF do Barreiro. Demandas relacionadas com a poluição e segurança no trabalho, mas também e sempre, de natureza económica.

Os operários da CUF teriam de esperar pelo 25 de Abril de 1974 para que a reivindicação apresentada em Dezembro de 1973 – salário mínimo de 5500\$00 – fosse finalmente cumprida. Iniciava-se, então, uma nova fase na história da CUF do Barreiro.